Lei nº 4517 de 04 de Abril de 2016



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, realizada em 06 de março de 2025.

Ao sexto dia do mês de março de dois mil e vinte e cinco, a partir das oito horas e trinta minutos, realizou-se a reunião Ordinária do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. Iniciando a reunião, com a verificação do número de: Conselheiros Presentes: Representantes da Sociedade Civil Organizada: Associação Educacional Cultural e de Integração Social Bragantina Residência Inclusiva Rosa Maria: Titular: Engracia Lanuza Lopes Mendes de Miranda; Associação Beneficente São Lucas: Titular: Melanie Dias Silveira da Silva; Ordem dos Advogados do Brasil – OAB: Titular: Renata Mazzolini de Moura: Representantes da pessoa com deficiência: Titular: Thais Gebin Toledo | Suplente: Diva Aparecida Gonçalves Turella. Representantes do Governo: Secretaria Municipal da Saúde: Suplente: Bruna Bastos Pedrosa do Nascimento; Secretaria Municipal de Educação: Titular: Valdete de Cássia de Souza Mota; Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos: Suplente: Walkyria de Amorim Ribeiro; Secretaria Municipal de Ação e Desenvolvimento Social: Titular: Aline Gomes da Silva Pimentel | Suplente: Filipe Cardoso Ozaki; Secretaria Municipal da Juventude, Esportes e Lazer: Suplente: Caroline de Oliveira; Secretaria Municipal de Cultura: Suplente: Victor Matheus Marcelino Cruz. Faltas <u>Justificadas:</u> Representantes da pessoa com deficiência: Titular: Guido Antônio Turella; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bragança Paulista – APAE: Titular: Ronaldo Júnio Eufrazio de Campos | Suplente: André Oliveira de Assis Exel. Convidados: Nada Consta. Ouvintes: Vereador Mauro Moreira. Iniciou-se a sessão sendo esclarecidas as repercussões do cancelamento do contrato da Secretaria Municipal de Educação com a Associação Beneficente São Lucas, o que foi explicado ter sido uma decisão da nova gestão, que aproveitou o encerramento dos contratos das Organizações da Sociedade Civil (OSC) em janeiro de dois mil e vinte e cinco para revistar os contratos e verificar quais destes deveriam ser mantidos. Assim sendo, foi-se esclarecido que, o que houve, não foi um rompimento de contrato, mas uma decisão em não renova-lo.

to

shepo





Lei nº 4517 de 04 de Abril de 2016



pois a Secretaria Municipal de Educação justificava possuir seis polos próprios espalhados pelo município que conseguiriam realizar o mesmo trabalho, sendo obsoleto o investimento em terceirizar um serviço que já é realizado pela prefeitura. Informaram que até dois mil e vinte e dois havia apenas quatro polos, mas que em dois mil e vinte e três inaugurou um quinto e atualmente já constam com seis polos. Ressaltaram que esses polos estão disponíveis para atender o número expressivo de setecentas e quatorze crianças já diagnosticadas, além daquelas em investigação. Esse grupo representa os alunos das escolas municipais, ou seja, que frequentam o primeiro ciclo do ensino fundamental. Em seguida, foi solicitada a alteração da ATA de fevereiro, sendo requerida a inclusão da sugestão de levantamento de terapias realizadas pelas Pessoas com Deficiência no município junto às Secretarias Municipais. Além disso, optou-se pela inclusão da especificidade sobre a dificuldade no agendamento de vans para transporte de Pessoas com Deficiência no tópico de transportes. Foi-se discutido, assim, que o veículo contratado pela prefeitura para realizar esse transporte, o Serviço de Transporte Porta-a-Porta Brafácil, não vem buscando as pessoas que realizaram agendamento com o mesmo, alegando sobrecarga de trabalho. Assim sendo, acordou-se que seria oficiada a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana com a solicitação do contrato de serviço para averiguar a capacidade acordada entre as partes, de forma que possa ser estudada a possibilidade de expansão do serviço. Ademais, acordou-se que os membros da Comissão de Fiscalização deveriam agendar uma fiscalização junto à empresa de transportes para verificar a condição dos veículos e sua acessibilidade. O terceiro tópico discutido foi acerca dos Ofícios recebidos referentes à solicitação de informações sobre serviços voltados para Pessoas com Deficiência dentro do município. A Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer informou possuir quatro educadores físicos capacitados para trabalhar com Pessoas com Deficiência, mas acordou-se entre os conselheiros que deveria ser informado o número de vagas, esportes e formas de inscrição para pleitear o trabalho desses educadores, sendo que a representante da pasta ficou encarregada de levantar

A SO

giliz



Lei nº 4517 de 04 de Abril de 2016



essas informações para a reunião seguinte. A Secretaria Municipal da Cultura e Turismo informou não possuir nada em específico, embora suas leis de incentivo à cultura e produção cultural fossem abrangentes e acessíveis; entre elas, foram citadas a Lei Aldir Blanc e a Lei Paulo Gustavo. Além disso, foi-se esclarecido que a responsabilidade pela Expoagro Bragança Paulista 2025 não é mais da Secretaria Municipal da Cultura e Turismo, mas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento dos Agronegócios. Para fiscalizar a acessibilidade do evento, portanto, deve-se entrar em contato com eles. A empresa realizadora, contudo, só permite fiscalizações a partir do momento em que se encontrar no município. de forma a acompanhar o Conselho. Ainda tratando-se de acessibilidade, foi-se discutido a falta de acessibilidade do serviço de equoterapia, realizado no Parque de Exposições Doutor Fernando Costa, devido à topografia acidentada do terreno. Acordou-se que a representante da Associação Beneficente São Lucas, instituição que realiza o serviço de equoterapia, ficaria encarregada de fazer um relatório sobre as dificuldades e solicitações de melhorias. Já a Secretaria Municipal de Saúde informou apenas fornecer órteses e próteses. A Secretaria Municipal de Ação e Desenvolvimento Social respondeu que terceirizava o trabalho com Pessoas com Deficiência através das OSCs. Enquanto isso, a Secretaria Municipal de Obras, via contato direto com representante no Conselho, informou não ter recebido nenhum ofício. A Secretaria de Serviços afirmou ter acessibilidade no site do e-Ouve, sendo esse seu apoio às Pessoas com Deficiência. Entretanto, foi discutida a falta de acessibilidade para as pessoas surdas em toda rede municipal, e como isso representa uma barreira atitudinal. Em seguida, foi tratado da convocação do diretor de uma escola particular para explicar-se a convite dos conselheiros via ofício sobre algumas denúncias que foram sendo recebidas pelo presente Conselho, com intuito de esclarecimento e orientações cabíveis. Contudo, o diretor ausentou-se novamente da reunião e afirmou que compareceria na mesma em abril, ressaltando ainda que oferecia descontos para Pessoas com Deficiência e/ou com baixa renda mesmo não sendo obrigado a isso (SIC). Seguiu-se a isso a

glife

har H

Lei nº 4517 de 04 de Abril de 2016



conferência da resposta da Secretaria Municipal de Saúde sobre o fornecimento da fórmula Infatrini, que afirmou não concedê-la por priorizar seus recursos e esse item não constar na lista da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC), preferindo aderir à compra de produtos que constem. Ressaltou ainda o compromisso do município com a população ao destinar 28,9% de seus recursos para a saúde. O tópico seguinte foi a divulgação do concurso de moda inclusiva proposto pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência e cujo apoio foi solicitado à Secretaria Municipal de Comunicação Social. Em seguida, retomando o assunto do levantamento demográfico das Pessoas com Deficiência em Bragança Paulista, averiguou-se que a Secretaria Municipal de Saúde enviou ao presente Conselho informações demográficas referentes às pessoas que fizeram Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA), de forma a auxiliar no mapeamento. Para análise e organização dos dados, foi-se elaborado uma Comissão Especial dedicada a isso e composta pelos seguintes membros: Aline Gomes da Silva Pimentel, Bruna Bastos Pedrosa do Nascimento, Caroline de Oliveira, Filipe Cardoso Ozaki, Renata Mazzolini de Moura Franco e Edson Geraldo Fruchi. O tópico seguinte foi sobre a solicitação de vaga para um aluno com Transtorno do Espectro Autista cuja situação estava sendo averiguada pela conselheira representante da pasta. Como ainda não havia obtido resposta, a conselheira se dispôs a conferir o contexto junto à escola do aluno. Ao ser levantada a questão de o Conselho fiscalizar a acessibilidade nas escolas, a representante da pasta orientou oficiar antes a Secretaria para solicitar permissão e só depois contatar as escolas para agendar visitas. A seguir, foi-se questionado o andamento da adequação do texto referente ao fundo destinado ao Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. Os membros se dispuseram a marcar uma reunião extraordinária para verificar o que faltava ser revisado na proposta. Encerrou-se a assembleia da qual lavrei a presente ata que vai assinada por mim, Filipe Cardoso Ozaki, e por todos os outros membros presentes.

A A

June June

Lei nº 4517 de 04 de Abril de 2016



Aline Gomes da Silva Pimentel
Bruna Bastos Pedrosa do Nascimento Dum Jum Monte De Company de Com
Caroline de Oliveira Cardyng la ragio
Diva Aparecida Gonçalves Turella
Edson Geraldo Fruchi
Engracia Lanuza Lopes Mendes de Miranda
Filipe Cardoso Ozaki Filipe Cardoso Ozaki
Melanie Dias Silveira da Silva
Renata Mazzolini de Moura
Thais Gebin Toledo This Gerin Toleno
Valdete de Cássia de Souza Mota Waynofrude

Lei nº 4517 de 04 de Abril de 2016



Victor Matheus Marcelino Cruz	Vicros al M Cas
Walkyria de Amorim Ribeiro	salkyria fibeiro

Alipe
Folipe